

SUMÁRIO

- 1. INTRODUÇÃO**
- 2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE**
- 3. DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO**
- 4. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**
- 5. PERFIL DOS SUJEITOS**
- 6. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO**
- 7. ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO**
- 8. ATENDIMENTO À DIVERSIDADE**
- 9. AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM**
- 10. PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE ACESSO, DE PERMANÊNCIA E DA SUPERAÇÃO DA RETENÇÃO ESCOLAR**
- 11. DIAGNÓSTICO DA REALIDADE EDUCACIONAL**
- 12. ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA UNIDADE DE ENSINO**
- 13. OBJETIVOS PARA CADA ETAPA E MODALIDADE DE ENSINO**
- 14. PLANO DE AÇÃO**

INTRODUÇÃO

Neste projeto (PPP) da E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira pretende-se pautar as normas de organização do trabalho pedagógico interagindo com toda extensão escolar, bem como repensar a função social da escola, seu tempo, seu espaço na atualidade, sua forma de lidar com os conteúdos curriculares.

Com as novas informações, pensar na aprendizagem escolar, como um processo global complexo, no qual conhecer a realidade e o que esperamos é romper com um modelo fragmentado atual de educação e transformar em um espaço significativo de aprendizagem para todos os que dela fazem parte, colocada ao mundo contemporâneo, sem perder de vista a realidade cultural específica de nossos educandos. Construir a escola como um espaço feliz, onde os alunos possam aprender de fato, com liberdade e dignidade que todo ser humano tem direito. Dentro do seu contexto vivenciando as experiências do meio onde vivem, como seres do campo que são, tendo então, ao seu dispor uma escola do campo, com uma educação.

Considerando os aspectos sociais, culturais e econômicos de seus educandos, propondo um ensino de qualidade, buscando o desenvolvimento das habilidades e competências.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE

A Escola Básica Municipal José Saturnino Souza e Oliveira, integra a Rede Municipal de Ensino de São Joaquim S/C. Está localizado no Distrito de Pericó, na parte Norte do Município de São Joaquim, Estado de Santa Catarina, divisa com o vizinho Município de Urubici. O prédio sede da escola fica na Rua Hercílio de Oliveira Matos, nº 99, tendo como número de autorização de funcionamento a Portaria 077/86. O código do senso é de número 42033810, código do INEP.

A escola atualmente conta com 19 dependências, sendo que 11 desta são salas de aula, 01 almoxarifado, 04 banheiros (01 banheiro masculino, 01 banheiro feminino, 01 banheiro para os professores) 01 cozinha, 01 biblioteca, 01 sala para os professores, 01 secretaria. O prédio é de alvenaria construída num terreno amplo.

DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO

A Escola Básica municipal José Saturnino de Souza e Oliveira, recebeu este nome em homenagem ao pai do doador do terreno onde a escola se encontra construída, Sr. Hercílio de Oliveira Matos (Negrucho), sendo o Sr. José Saturnino de Souza e Oliveira, que residia no local até o ano de sua fundação em 1942, onde teve início com o ensino de 1ª a 4ª série (o antigo Ensino Primário). Com a denominação de “Escola Isolada Pericó”. Em 1952, passou a denominar-se o nome que ainda dispõe hoje. Somente no ano de 1982, foi implantado o ensino de 5ª a 8ª série (antigo Ginásio) sob o código 07086444, sendo que este já fazia parte da rede municipal de ensino, enquanto que o ensino de 1ª a 4ª série ainda era mantido pela Rede Estadual

de Educação. O atendimento dos alunos do Pré-escolar foi implantado a partir do ano de 1998, estando na direção nesta época o Professor Paulo Henrique Flores.

A Escola conta atualmente com 95 alunos, atendendo da educação infantil aos anos finais, da pré-escola ao 9º ano e a educação especial.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO, CONHECIMENTO E DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.

Conforme o que preconiza às DCNS Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica em seu parecer nº 7 de 07/04/2010, a Educação Básica definida pela Constituição Federal de 1988 como garantia de direito ao cidadão e com base nos seus princípios de:

- I – igualdade de condições para o acesso, inclusão, permanência e sucesso na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e aos direitos;
- V – coexistência de instituições públicas e privada de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma da legislação e normas dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extraescolar;
- XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Escola tem como desafio permanente a perspectiva de um projeto histórico social com a articulação e de integração com componentes curriculares da aprendizagem e a transição das etapas. Na DCNSC (...)

Nessa perspectiva é oportuno e necessário considerar as dimensões do educar e do cuidar, em sua inseparabilidade, buscando recuperar, para a função social da Educação Básica, a sua centralidade, que é o estudante. Cuidar e educar iniciam-se na Educação Infantil, ações destinadas às crianças a partir de zero ano, que devem ser entendidas ao Ensino Fundamental, Médio e posteriores.

Cuidar e educar significa compreender que o direito à educação parte do princípio da formação da pessoa em sua essência humana. Trata-se de considerar o cuidado no sentido profundo do que

seja acolhido de todos – crianças, adolescentes, jovens e adultos – com respeito e, com atenção adequada, de estudantes com deficiência, jovens e adultos defasados na relação idade-escolaridade, indígenas, afrodescendentes, quilombolas e povos do campo.

A escola assume uma concepção onde valoriza o princípio da educação Integral do ser humano, promovendo a formação que visa à cidadania (...) processos ativos e críticos que possibilitam ao estudante o pleno desenvolvimento e a apropriação do conhecimento e da cultura historicamente construída bem como o protagonismo de seu percurso formativo (CB. e I.E.F.T.C pag. 19). A escola José Saturnino de Souza e Oliveira também em sua concepção de Educação (...) o princípio da democracia, o estímulo ao desenvolvimento do sujeito, a difusão e o incremento do conhecimento (...) (...) a inserção dos sujeitos no mundo (...) C.B. E Ed. Int. Ens. Fund. TC. pg 19.

O conhecimento repassado na escola hoje assume um percurso formativo o qual visa um processo conceitual de elaboração em espiral partindo de experiências (vivências e ações práticas) atividades cognitivas (práticas, discussões, exercícios, exposições do professor), Registro e Sistematização e a Elaboração conceitual.

A avaliação da aprendizagem permeada pelos artigos 24 e 31 da LDB que estabelece critérios para a verificação do rendimento escolar através de uma avaliação mista como um processo de orientação da aprendizagem prevalecendo os aspectos qualitativos e não os quantitativos, privilegiando o processo de aprendizagem e realizado de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola.

A educação na E.B.M. José Saturnino de Souza e Oliveira em seu processo de transformação que se insere nas relações da sociedade busca em atividades educativas ampliar e socializar conhecimentos entre o indivíduo e o seu meio social, físico, ecológico, cultural e econômico, ampliando as formas de atuação com maior interação entre escola e comunidade.

PERFIL DOS SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVO

Os educando provém de famílias de classe média baixa, formada por filhos de agricultores, trabalhadores rurais, diaristas empregados das fazendas e sítios da região. Os pais com grau de escolaridade média apresentam dificuldades em auxiliar os filhos nas tarefas escolares. Diante desta realidade a maioria tem uma boa participação nas atividades da escola.

Sendo esta uma das muitas escolas do campo, compreende-se que existem diferentes identidades e para isso se faz necessário uma proposta educacional que tenha em vista a qualidade da formação do ser humano. Proposta essa oferecida a todos os estudantes e que no exercício da cidadania exige o acesso de todas as totalidades, dos recursos culturais relevantes para a intervenção e participação responsável da vida social.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Os conteúdos são conhecimentos acumulados, historicamente, associados à experiência e vivência do aluno possibilitando a formação dos conceitos interligados com os meios de informação e princípios científicos, através de pesquisas, livros didáticos, áudios-visuais e demais materiais que estejam à disposição dos alunos.

A meteorologia privilegia o “aprender a pensar” e o “aprender a fazer” o que pressupõe o respeito ao desenvolvimento psíquico e biológico do educando, bem como obriga o professor a ser desafiador da pesquisa por parte do aluno orientando-o e animando-o. Onde o professor é mediador de todo o processo, resgatando com o aluno o prazer pela aprendizagem. Transformando a escola no espaço por excelência para o diálogo, a criatividade, a colaboração mútua, possibilitando ao educando desenvolver a capacidade de aprender a conviver, respeitando os diferentes pensamentos. Para tanto o professor precisa ter objetivos precisos e determinados, numa ação sistemática, destinado a promover mudanças no educando.

RELAÇÃO PROFESSOR-ALUNO

O professor e o estudante são elementos centrais no processo do ensino-aprendizagem. Neste processo o Professor é o mediador na transmissão do conhecimento científico. O Estudante é participante nesse processo.

PRESSUPOSTOS DE APRENDIZAGEM

Os componentes curriculares devem ser repassados de forma progressiva, capaz de proporcionar uma aprendizagem de qualidade de competências e atitudes que valorizam o desenvolvimento integral do ser humano conforme preconiza BNCC.

REGIME DE FUNCIONAMENTO

A escola abre suas portas no turno matutino com 10 séries (do pré-escolar ao 9º ano do Ensino Fundamental e alunos de Educação Especial). Atende alunos num período de quatro (4h) horas, compreendendo cinco (5h) horas/aula. Com início às 07h50min, e término às 11h50min da manhã.

A produção do conhecimento será realizada em torno da valorização da leitura e da escrita, através de seus múltiplos determinantes.

Ampliar a socialização e o conhecimento do mundo por parte da criança, dando importância a novas descobertas, sedimentando conquistas, espaços, interações pessoais, internalizando processos de ensino-aprendizagem, desenvolvendo a cultura e o espírito, possibilitando a sua formação integral.

ORGANIZAÇÃO DO CURRÍCULO

O currículo é o que norteia e fundamenta as práticas pedagógicas dos professores e garante o sistema de ensino, tendo como metas a aprendizagem e o compromisso de equidade na educação na educação de toda a sociedade.

O ritmo das mudanças das inovações e a velocidade das informações do mundo moderno exigem dos educadores um olhar cada vez mais atenta sob a óptica do aluno alinhado às demandas do estudante atual, de modo a prepará-lo e motivá-lo para os estudos.

A BNCC trouxe possibilidades de regime de colaboração e de inclusão no que se refere às premissas de respeito à heterogeneidade de trajetórias educacionais que se configuram no cenário educacional atual. Tal documento permitiu a ressignificação do planejamento e da prática docente quanto ao desenvolvimento de competências e habilidades do estudante instigando-o ao protagonismo e à transformação social.

Assim a Educação Básica estará em movimento contínuo de aprendizagens, um percurso formativo em que os conhecimentos tornam-se complexos de maneira orgânica e progressiva, independente das etapas de organização das instituições escolares.

ESTRUTURA DOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

Na Educação Infantil, a organização prevista pela BNCC de modo a respeitar os direitos de aprendizagem e ao desenvolvimento e os campos de experiências.

De acordo com os eixos estruturantes da Educação Infantil (interação e brincadeira), conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Os campos de experiência nos quais as crianças aprendem e se desenvolvem:

- O eu, o outro e o nós.
- Corpo, gesto e movimento.
- Traços, sons, cores e formas.
- Escuta, fala, pensamento e imaginação.
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.

No Ensino Fundamental é organizado por áreas de conhecimento onde cada uma está definida as competências e os componentes curriculares.

COMPONENTES CURRICULARES – ANOS INICIAIS (1º ao 5º ano)

Linguagens: Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Ensino Religioso.

COMPONENTES CURRICULARES (6º ao 9º ano)

Linguagens: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Língua Inglesa.

Matemática, Educação Física.

Ciências da Natureza, Ciências.

Ciências Humanas, Geografia, História.

Ensino Religioso.

Ainda será necessário complementar as tecnologias para aprendizagem e os temas transversais contemporâneos: Meio Ambiente, Economia, Saúde, Cidadania e Civismo, Multiculturalismo, Ciência e Tecnologia.

ATENDIMENTO À DIVERSIDADE

A Educação Especial no Sistema Nacional de Educação, ganha realce com a LDB da Educação Nacional nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996, art. 58). A expansão da Educação Especial pelo viés da Educação Inclusiva é consolidada no contexto brasileiro de 2008. Conforme a LDB, art. 58 é entendida como modalidade de educação escolar oferecida na rede regular de ensino, para educandos com deficiências, transtornos globais de conhecimento e altas habilidades ou superdotação.

Reconhecer as peculiaridades e as potencialidades dos sujeitos com necessidades especiais no contexto da educação básica torna-se relevante para o momento histórico que se vive, ao definir uma base curricular catarinense que assegure a educação de todos os estudantes com “equidade” independentemente de suas características individuais, como princípios democráticos e de direito à diversidade presente nos sistemas de ensino.

AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A avaliação é um instrumento que deverá servir como forma de verificar os avanços e dificuldades presentes no processo ensino aprendizagem. É um processo contínuo, diagnóstico, formativo, processual, qualitativo e sistemático, possibilitando novas ações e ajustes do planejamento, respeitando as especificidades dos educandos, oferecendo condições de superar obstáculos, utilizando diferentes instrumentos selecionados de acordo com objetivo e a faixa etária e as peculiaridades dos alunos (...). A avaliação deve servir como um instrumento de inclusão e não de classificação e/ou exclusão (Santa Catarina 2014, pág. 46).

De acordo com a LDB no Art. 24. A verificação de desempenho do aluno será contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período os de eventuais provas.

Aos alunos da Educação Infantil é conceitual, avaliando as competências e as habilidades nas áreas de Linguagem e Matemática.

No Ensino Fundamental se dá de forma numérica e por desempenho com atribuição de notas até 10(dez), por meio de provas objetivas, trimestrais e outras avaliações a critério do professor. Sempre que o educando não atingir a média, ocorrerá recuperação paralela, o conteúdo será retomado e um novo instrumento avaliativo será aplicado. A média de aprovação será 6 (seis).

PROGRAMA DE ACESSO, PERMANÊNCIA E SUPERAÇÃO DA RETENÇÃO ESCOLAR

De acordo com a LDB Art. 1^o, a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade e nas manifestações culturais.

Segue ainda afirmando que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Mas na realidade se enfrenta um sério problema em nível de Brasil principalmente sobre a permanência e superação escolar. É oferecido o acesso, diante da obrigatoriedade legal os responsáveis dos estudantes até matriculam seus filhos, porém vem o problema de manter esses na escola e garantir a superação da retenção o que não é uma tarefa fácil, pois os estudantes apresentam pouco ou nenhum interesse pelos estudos, o que não é diferente nesta Unidade Escolar, mas consciente deste grave problema, a Direção juntamente com os professores e em parceria com a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto apresenta algumas estratégias para superar o problema apresentado e oferecer garantia de sucesso dos estudantes, entres eles está:

- Promover condições de igualdade e equidade
- Promover uma educação com qualidade;
- Conhecer os pontos críticos que necessitassem de atenção de cada estudante:
- Intervenção imediata quando observado um estudante em potencial;
- Desenvolver ações na escola;
- Fornecer subsídios teórico-práticos para os professores.

Matrículas

Atribuições quanto à realização de matrículas.

É de responsabilidade da direção à divulgação (na comunidade) do período e modo de efetivação da matrícula.

De acordo com a Lei nº 12.796, de 4 de abril de da LDB fica estabelecido a obrigatoriedade da matrícula das crianças de 4 e 5 anos na Educação Infantil na pré- escola. Os pais ficam responsáveis por colocar as crianças na Ed. Infantil a partir dos 4 anos e 11 meses por sua permanência até os 1 7 anos de idade.

Para a matrícula inicial o candidato deverá apresentar todos os documentos pessoais e documentos dos responsáveis, seguindo o que está estabelecido na Legislação vigente.

Para a matrícula de alunos transferidos de outras instituições de ensino, a escola exigirá os documentos: atestado de frequência, histórico escolar e notas parciais/trimestrais comprovando o ano em curso, devidamente assinado pelos responsáveis.

Transferência

Será concedida a transferência do aluno desde que apresente o atestado de vaga da escola para onde pretende se transferir, e caso venha a nossa escola solicitar o mesmo.

Para a possível transferência a escola encaminhará toda documentação existente e as devidas notas parciais das disciplinas no período decorrente.

A escola aceitará a transferência após o aluno apresentar a documentação exigida dentro da legalidade.

Documentos escolares

No Inciso VII do Artigo 24 da Lei nº 9.394 de 20 de dezembro 1996, determina à educação básica, nos níveis fundamental a seguinte regra:

Cabe a cada instituição de ensino expedir históricos escolares. Declarações de conclusão de ano e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com as especificações cabíveis.

Sendo assim, a escola seguirá esse critério ao que tange a documentos escolares.

A escola mantém toda documentação escolar dos alunos em arquivos e no Sistema Betha, disponível a qualquer solicitação por parte de alunos ou ex-alunos.

Frequência

O Artigo 24 da LDB, parágrafo VI menciona que:

O controle da frequência fica a cargo da escola e nas normas do respectivo sistema de ensino exigido a frequência mínima de setenta e cinco por cento do total de horas letivas para aprovação.

Caso o aluno não atinja a frequência mínima será retido no período letivo correspondente.

Se durante o ano letivo o aluno começar a faltar, a escola procederá do seguinte modo:

Três dias consecutivos: buscará informações junto à família.

Cinco dias consecutivos após contato com a família, o aluno não retornar, a escola registrará o APOIA (Programa de combate à evasão escolar). Esse programa trabalha em rede Escola/Conselho Tutelar/Ministério Público.

A frequência dos alunos será registrada no diário de classe.

Fica acordado entre a equipe escolar que na falta sem atestado, cabe a família comunicar a escola por registro escrito e datado o não comparecimento do aluno por motivo de doença imediata que não houve necessidade de ir ao médico. Nesse e único caso o professor usando do bom senso e entendimento deve considerar a necessidade e a realidade do aluno poderá justificar a falta.

Sempre que o aluno apresentar atestado deverá ser encaminhado à direção, para posteriormente ser repassado aos professores para conhecimento da justificativa da falta.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE EDUCACIONAL

A escola José Saturnino de Souza e Oliveira busca perder-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando os meios e as interações, assim contribuir ativamente para a melhoria do sistema educacional e com ações planejadas, medidas executadas e avaliadas, fortalecendo as relações interpessoais, tendo como fim um processo de ensino-aprendizagem com qualidade e prazer.

Os dados da aprendizagem são observados e analisados para se chegar a resultados positivos, assim verifica-se se a EU está alcançando seus objetivos. A redução de alunos retidos atualmente demonstra o desempenho esperado em um processo gradativo com práticas pedagógicas significativas. Os resultados obtidos ainda se encontram abaixo do desejado, mas já se pratica simulado de conteúdos trabalhados como revisão e experiências de novos métodos de aprendizagem que estão de acordo com a BNCC.

ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA UNIDADE DE ENSINO

O espaço físico da EU está organizado de forma que contribui para desenvolver os campos cognitivos, social e motor das crianças. Os espaços são seguros onde possibilitam andar, brincar, correr, pular e aprendem a controlar o próprio corpo, sendo um ambiente estimulador pela acessibilidade e liberdade que permite a elas receberem estimulação no meio externo.

Brincam em um parquinho adequado à idade, sentindo e experimentando a natureza, as texturas em um espaço amplo, rico e variado.

MATERIAIS PEDAGÓGICOS

04 computadores

02 impressoras

01 aparelho de som

01 caixa de som

Mapas

Materiais escolares pedagógicos e de expediente

Jogos para alunos especiais

Livros para a biblioteca (literatura e didáticos)

Globo

01 mesa de tênis de mesa

Materiais de esporte

Lixeiras

Armários

Aquecedores

Mangueira

Lava jato

Mesas e cadeiras nas salas

Quadros

Cortinas

01 micro ondas

01 forno elétrico

01 torneira elétrica

01 geladeira

01 freezer

01 botijão de gás

Utensílios de cozinha

Nossa escola consegue seus recursos através do PDDE e por meio de projetos viabilizados pela Secretaria Municipal de Educação. Também consegue recursos com eventos internos (Festas juninas)

OBJETIVOS

A educação segundo a BNCC básica se constitui da educação infantil ao ensino médio. Porém a escola oferece da educação infantil ao fundamental II. Na educação infantil se tem por objetivo o desenvolvimento da criança na sua plenitude.

No ensino fundamental se divide em dois, no primeiro que vai até o quinto ano tem por objetivo o domínio da leitura, escrita, interpretação e domínio do cálculo e no segundo que vai até o nono ano o objetivo é concretização da leitura, escrita, domínio das operações matemáticas, compreensão do meio social, das artes, político, científico e histórico.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial conforme a LDB no Art. 58, pode ser entendida como uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

A educação pressupõe a igualdade de oportunidade e a valorização das diferenças humanas, contemplando, assim as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais e físicas. Em conformidade com a Lei nº 4.648/2019 que dispõe sobre a oferta de educação especial no Município de São Joaquim, nossa escola atende um estudante de Ensino Fundamental I e outro do Ensino Fundamental II com deficiência intelectual de acordo com as definições da Art. 4º capítulo III desta Lei. O estudante é acompanhado do segundo professor que desenvolve atividades pedagógicas adequadas com suas necessidades.

RELAÇÃO FAMÍLIA E ESCOLA

Família e escola se comprometem na tarefa de formar o estudante. Pais e educadores devem ter consciência de que cada um deve comprometer-se e responsabilizar-se pela educação de seus filhos.

O papel que a escola possui na construção dessa parceria é fundamental devendo considerar a necessidade da família, levando-as a vivenciar situações que lhes possibilitem se sentirem participantes ativos nessa parceria. Vale ressaltar que a escola e a família precisam se unir e juntas procurar entender qual é a função da família e o papel da escola e compreender como ocorre o desenvolvimento humano e aprendizagem.

PLANO DE AÇÃO

Projeto de intervenção junto aos alunos que apresentam baixo rendimento.

Dar sequência às atividades teatrais, poesia, cantos, gincanas, procurando desenvolver e ampliar as habilidades.

Dar continuidade aos projetos a serem desenvolvidos fora do ambiente escolar, propiciando novos conhecimentos, com passeios e comemorações de datas festivas.

Apresentações de atividades e sessões cívicas, mensal e nas datas comemorativas.

Reuniões trimestrais, dia da família na escola.

Confraternização do corpo docente e agentes da escola.

ESTRATÉGIAS

Planejar para rever as práticas educativas elaborando metas e ações para obter resultados positivos e esperados.

Fazer diagnóstico do contexto escolar, partindo de uma leitura da realidade, identificando necessidades e peculiaridades.

Conscientizar os educandos sobre a importância da escola para um projeto futuro de vida, estimulando debates e reflexões.

Mudar práticas com aulas atraentes, transformando teorias em exemplos de práticas contextualizadas com a realidade, criando conexões com o que já conhecem e colocando sentido no que aprendem.

Tirar benefícios da tecnologia colocando-a como aliada nas ações, abrindo caminhos para possibilidades didáticas.

Trazar mais diversões às aulas, jogos e brincadeiras que permitam trabalhar os conteúdos de forma lúdica e dinâmica com propósitos claros e aprendizado mais leve.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Francisco Cabral de e outros. Planejamento Educacional em suas estratégias Básicas. Gestão em rede. Brasília, maio, 1998.

BRASIL, Decreto 1044/69. Dispõe sobre o tratamento excepcional para os portadores de afecções.

LEI nº 8069/90, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

LEI 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e bases da Educação Nacional.

PIAUÍ. Conselho Escolar: Todos pela Valorização da Escola Pública. Informativo do Conselho Escolar. Terezina, 1995

RIO GRANDE DO SUL. Gestão Democrática do Ensino Público. O Desafio da Construção do Regime Público. Porto Alegre.

SANTA CATARINA. Resolução nº 017/99, 13/04/99 do Conselho Estadual de Educação, estabelece as Diretrizes para elaboração do Projeto Político Pedagógico das Escolas de Educação Básica e Profissional, integrantes do Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina. Florianópolis, abr. 1999.

Diretrizes para o calendário escolar da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Florianópolis, 1999.

LEI complementar nº 170 de 07 de agosto de 1998. Dispõe sobre o sistema Estadual de Educação.

PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA. Estudos temáticos. Florianópolis: IOESC, 2005.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Disciplinas Curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.